

ENSINO JURÍDICO E TECNOLOGIA: O QUE REVELAM OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NORDESTINAS?

Luís Miguel Dias Caetano ¹

RESUMO

A pesquisa analisa como os cursos de graduação em Direito das universidades estaduais do Nordeste brasileiro incorporam competências digitais em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). O estudo adota uma abordagem qualitativa, com análise documental de oito PPPs, selecionados a partir de critérios como disponibilidade online e atualização pós-2018. A análise concentrou-se em três eixos: (i) Estrutura Curricular, (ii) Metodologias de Ensino e (ii) Perfil do Egresso. Os resultados revelam diferenças significativas: enquanto universidades como UPE, UECE e UERN destacam-se pela inclusão de disciplinas digitais obrigatórias, práticas jurídicas com ferramentas eletrônicas e perfil do egresso alinhado às demandas tecnológicas do mercado, outras instituições (UEMA, UESPI, UNEB) mantêm currículos tradicionais, sem integração sistemática de tecnologias. Apenas 37,5% dos PPPs analisados atendem plenamente ao Art. 4º, XI-XII das DCNs, que exigem domínio de tecnologias na formação jurídica. Conclui-se que, embora haja avanços pontuais, a maioria das universidades nordestinas carece de atualização curricular para preparar os estudantes aos desafios do Direito na era digital. Face aos resultados encontrados, verifica-se a necessidade de inclusão de disciplinas obrigatórias, capacitação docente em ferramentas digitais e parcerias com o Judiciário para estágios em ambientes tecnológicos. O estudo subsidia reflexões sobre políticas públicas educacionais para uniformizar a qualidade do ensino jurídico digital na região, destacando a relevância de alinhar os PPPs às exigências contemporâneas da sociedade digital.

Palavras-chave: Tecnologias, Ensino Jurídico, Competências Digitais, Projeto Pedagógico.

¹ Graduando do Curso de Direito, Universidade Potiguar, Campus de Mossoró, RN, prof.migdias@gmail.com;

